



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

**RELATÓRIO DE GESTÃO,
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
ANEXO DE 2022**



Índice

1.	Apresentação	2
2.	Órgãos Sociais	3
3.	Enquadramento	4
4.	Áreas de Intervenção	6
4.1.	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	6
4.2.	Serviço de Apoio Domiciliário	6
4.3.	Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor	7
4.4.	Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos”	8
4.5.	Programa de Emergência Social	10
4.6.	Serviços Transversais	10
5.	Relatório do Plano de Ação 2022	13
6.	Apreciação e Considerações Finais	28
7.	Demonstrações Financeiras	31
8.	Anexo (às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022)	37
9.	Proposta da Mesa Administrativa à Assembleia Geral	68
10.	Certificação Legal das Contas 2022	
11.	Parecer do Definitório	



1. APRESENTAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei localiza-se no concelho de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco e integra a NUTS III do Médio Tejo, desenvolvendo até à data, respostas sociais na área da Terceira Idade, da saúde e da Educação.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR) integra diversos equipamentos designadamente a ERPI de Santo António, ERPI Casa do Idoso, ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor e Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos”. Todos os equipamentos mencionados funcionam com recurso a serviços de suporte nomeadamente administrativos, lavandaria, externos, cozinha e serviços religiosos. Existe ainda um conjunto de prestação de serviços que visam garantir a todos o acesso a um conjunto de bens e serviços de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos utentes/clientes bem como aos colaboradores da Instituição.



2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente

Carlos Manuel da Silva Nunes

Vice-Presidente

Manuel António Domingos

1º Secretário

Alberto Galego Joaquim

Mesa Administrativa

Provedora

Maria da Conceição Barata Joaquim

Vice-Provedora

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa

1º Secretário

Américo Bernardino

2º Secretário

Fernanda Maria Gaspar Matias

Tesoureira

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz

Conselho Fiscal ou Definitório

Presidente

João Alvares Barroso de Moura Campino

Vice-Presidente

Rui Manuel Rosa Garcia

Secretário

Casimiro Marçal Vicente



3. ENQUADRAMENTO

A Mesa Administrativa, no cumprimento do imperativo legal e estatutário, apresenta o relatório de gestão referente ao ano de 2022 aos Irmãos da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR).

A Irmandade da SCMVR, instituída no ano de 1581, é uma Associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional e pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Ao longo do ano, a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei observou, na sua gestão, o seguinte conjunto de valores e princípios:

Visão: Ser uma Instituição de referência a nível local, regional e nacional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades sentidas pelos cidadãos.

Missão: Prestar serviços de excelência ao nível da área social, da educação e da saúde promovendo a melhoria contínua, dignificando as condições de vida de todos os que necessitam, sob evocação das Obras de Misericórdia.

Valores: **Equidade**, Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa; **Ética**, Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno; **Rigor e Transparência**, Fortalecer o rigor Institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes; **Qualidade e Eficiência**, Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descuidar a eficiência e a sustentabilidade económica.

A SCMVR rege-se, sempre, por uma atitude permanente de entejuda clara, responsável e transparente com o objetivo de promover uma relação de bem-estar e de harmonia para com os Utentes/Clientes, Colaboradores, Comunidade e Parceiros.

A Gestão da SCMVR tem desafios constantes e diários, desde cumprir a legislação em vigor até manter a sustentabilidade financeira, contudo o ano de 2022 continuou marcado pela pandemia do COVID-19, a qual continuou a marcar indubitavelmente a vida de todos quantos estão na Instituição, desde utentes/clientes como colaboradores e naturalmente continuou a marcar a vida coletiva, familiar e



comunitária, que ficará na memória de todos nós. Acresceu a Guerra da Ucrânia, que trouxe um aumento extraordinário dos custos de todos os produtos, bens e serviços necessários para desenvolver toda a atividade da SCMVR.

Foi mais um ano de extrema exigência, tanto ao nível de organização, de recursos humanos como financeiro. Desde o primeiro momento que a Missão da SCMVR foi o de zelar por todos aqueles que estão à sua responsabilidade. A rapidez das decisões tomadas, a reorganização de serviços, a implementação das muitas medidas preventivas que foram diligenciadas a cada momento face à evolução da pandemia, e naturalmente a sensibilização da excelente equipa que edifica a SCMVR, a qual continua a cooperar e a laborar com um espírito resiliente foi fundamental para a continuidade do sucesso de toda a atividade desenvolvida na e pela Instituição.

Importa salientar ainda que a SCMVR enquanto maior entidade empregadora do concelho continua a assumir um papel fulcral no desenvolvimento local, procurando dar oportunidade a todos os que pretendam com o seu trabalho e dedicação servir a causa e missão da SCMVR, bem como, dando formação aos Colaboradores para que aumentem as suas competências, contribuindo para a satisfação das suas expectativas profissionais promovendo o seu desenvolvimento pessoal e dessa forma se sintam motivados no exercício das funções que desempenham diariamente, para que a prestação dos serviços seja de excelência.



4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

4.1. A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

A SCMVR possui três Estruturas Residenciais para Idosos designadamente a ERPI Santo António, a ERPI Casa do Idoso e a ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança.

Em cada um destes equipamentos existe alojamento coletivo, de utilização permanente, para Utentes/Clientes em situação de maior risco social, perda de independência e/ou autonomia. As ERPI'S têm como finalidade contribuir para o bem-estar e qualidade de vida do utente/cliente, proporcionando-lhe apoio nas atividades de vida diária, bem como na prevenção, sendo uma resposta para a sua situação de dependência.

No ano de 2022 as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas Santo António e Casa do Idoso apresentaram uma taxa de ocupação igual ao total da sua capacidade, ou seja uma taxa de ocupação de 100% (109 utentes). A ERPI CGNSE teve uma ocupação média mensal de 105 utentes dado que só houve possibilidade de admitir utentes face à contratação efetiva de recursos humanos para assegurarem e garantirem a prestação de cuidados dos utentes. Importa salientar que a cada momento a Direção Geral tem continuado a providenciar estratégias e medidas que contribuíssem para a contratação de recursos humanos dado que cada vez mais é difícil contratar novos elementos fruto da interioridade onde nos encontramos designadamente na falta de transporte de e para os concelhos limítrofes e falta de habitação no concelho de Vila de Rei onde possam ficar a residir.

Continua a ser garantido e disponibilizado um conjunto de bens e serviços, desde alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, atividades de animação sociocultural, cuidados médicos e de enfermagem, administração de fármacos, serviço religioso, serviço social, psicologia, fisioterapia, aulas de música, aulas de dança e espaços de lazer de forma a promover a satisfação das necessidades dos Utentes/Clientes. Para o efeito as ERPI'S estão dotadas de equipas multidisciplinares constituídas por um conjunto de profissionais que prestam apoio diário e permanente, prestando de forma eficiente, o serviço dos cuidados prestados aos utentes/clientes.

Paralelamente, continuamos a investir na melhoria da qualidade de vida dos Utentes/Clientes, através da humanização de alguns espaços interiores e exteriores e na aquisição de equipamento.

4.2. O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que tem como finalidade a prestação de cuidados ao domicílio, de uma forma temporária ou permanente para a satisfação das necessidades



básicas e/ou das atividades da vida diária dos Utentes/Clientes, respeitando a sua permanência no domicílio e evitando/retardando a sua institucionalização. Ainda tem por objetivo combater a exclusão e o isolamento social das pessoas dependentes que não possuem redes informais de suporte, ou seja não têm família de retaguarda, e assim contribuir para uma relação de proximidade e de acompanhamento. No ano de 2022 o SAD apoiou em média um total de 34 Utentes/Clientes.

4.3. Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção (UCCI)

O Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 tem por objetivo consolidar e promover a segurança na prestação de cuidados de saúde, inclusivamente no âmbito da atuação da Rede nacional de Cuidados Continuados Integrados, sem negligenciar os princípios que sustentam a área da segurança do doente, como a cultura de segurança, a comunicação, e a implementação continuada de práticas seguras em ambientes cada vez mais complexos (Despacho n.º9390/2021 de 24 de setembro). A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados tem por objetivos “ a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

Os Cuidados Continuados Integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua reabilitação, autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra, com vista à sua reintegração sociofamiliar.” (www.seg-social.pt).

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Rainha D. Leonor funciona com duas Unidades de Internamento, uma de Média Duração e outra de Longa Duração, as quais têm por objetivo prestar cuidados clínicos de reabilitação, de apoio psicossocial e cuidados integrados de reabilitação e manutenção. Para o efeito existe uma equipa multidisciplinar constituída por vários profissionais que de forma diária e permanente prestam todo o apoio necessário nas atividades da vida quotidiana aos doentes.

Tem sido uma preocupação constante da SCMVR garantir a qualidade, a segurança e o cumprimento das obrigações legais da Rede Nacional de Cuidados Continuados.

4.4. Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos”



A Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” possui uma capacidade global para acolher 59 crianças entre os 3 meses e os 5 anos de idade possuindo acordos com a Segurança Social para 33 crianças. Funciona de segunda a sexta-feira das 7h30m às 19h30m durante todo o ano.

Ao longo do ano de 2022 verificou-se uma frequência 39 crianças.

Durante os últimos seis anos letivos pode-se verificar a seguinte frequência de crianças em Creche e em Pré-escolar:

Ano Letivo	Número Total de Crianças Creche	Número Total de Crianças Pré-escolar	Número Total de Crianças em Creche e Pré-escolar
2016/2017	13	20	33
2017/2018	22	19	41
2018/2019	19	22	41
2019/2020	16	22	38
2020/2021	17	22	39
2021/2022	21	19	40
2022/2023	26	13	39

Desde setembro de 2022 que a valência de Creche passou a ser abrangida pela rede de creches gratuitas no âmbito do Programa “Creche Feliz” promovido pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, passando a frequência a ser gratuita para as crianças nascidas desde 01 de setembro de 2021, inclusive, o que contribuiu para o aumento do número de crianças na valência de creche contudo ainda não foi suficiente para preencher a capacidade instalada para 34 crianças.

Na valência de Jardim de Infância verificou-se uma redução acentuada do número de crianças dado existir a mesma resposta de forma gratuita no concelho pelo que haverá a necessidade de avaliar a continuidade desta resposta social durante o próximo ano de 2023. Conclui-se assim que a oferta é maior que a procura nestas valências contudo o número reduzido de crianças a frequentar a Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” face à capacidade instalada também se deve ao facto de existirem as mesmas respostas de forma gratuita no concelho de Vila de Rei.

A Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” possui uma equipa educativa formada por educadoras de infância e auxiliares de ação educativa, que diariamente recebem as crianças e as suas famílias de forma a responder às suas necessidades. As atividades com as crianças são desenvolvidas e planeadas de acordo com o desenvolvimento harmonioso, à sua idade, nível de desenvolvimento e realidade sociocultural do meio em que se inserem e estão de acordo com o projeto educativo. O objetivo



principal da Creche e do Jardim de Infância “Os Patuscos” é criar um ambiente próximo com cada criança, sempre com afetividade e carinho, dando assim importância e prioridade às suas rotinas, aos tempos e necessidades das mesmas e em parceria com a família, promover o desenvolvimento global da criança facilitando a sua integração plena na sociedade.

Ao longo do ano foram realizados muitos trabalhos e atividades motoras, plásticas, de culinária, musicais, entre outras.

Para a realização das atividades foi necessário a aquisição constante de material, que na sua maioria é designado por consumíveis como cartolinas, tintas, lápis de cor, cera, marcadores, cola, e outros materiais desta natureza para assim se poder dar continuidade aos projetos pedagógicos e contribuir-se para o desenvolvimento de todas as crianças na aquisição de conhecimentos, sentimentos, aptidões e valores essenciais ao seu crescimento.



4.5. Programa de Emergência Social

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei tem Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais com o Instituto da Segurança Social, I.P., tendo-se constituído esta resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar que assegura às pessoas e/ou famílias com maior necessidade garantindo assim o acesso a refeições diárias (almoço e/ou jantar) gratuitas. No ano de 2022 o Programa de Emergência Alimentar apoiou diariamente em média 2 pessoas.

4.6. Serviços Transversais

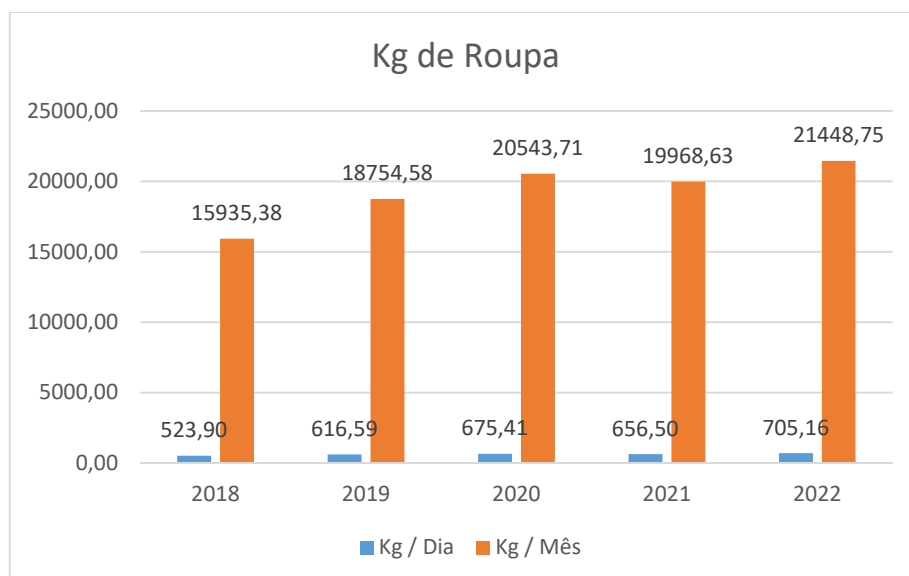
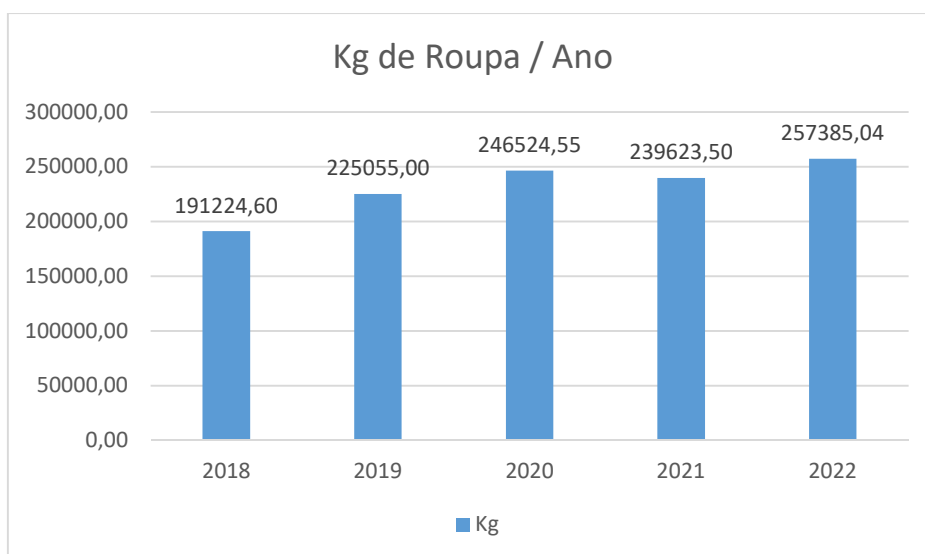
Serviço de Aprovisionamento

Através do serviço de aprovisionamento procede-se á aquisição dos produtos e serviços com a qualidade necessária para garantir o bom funcionamento de todas as unidades da Instituição e a prestação dos serviços aos Utentes /Clientes.

Continuando a política de contenção orçamental continua-se a estabelecer prioridades nas aquisições, para tal houve a continuidade dos procedimentos implementados para melhor controlo de custos.

Lavandaria

A lavandaria é um serviço de apoio centralizado no âmbito do tratamento de roupas da Instituição e dos Utentes/Clientes. A quantidade de roupa que a Lavandaria tratou durante o ano de 2022 foi de 257 385,04 Kg a que corresponde em média mensal de 21 448,75Kg e a 714,96 Kg por dia. Verificou-se um aumento da quantidade de roupa lavada relativamente ao ano de 2021 dado que a ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança entrou em funcionamento conforme se pode verificar nos gráficos abaixo transcritos:



Frota

Os transportes são um serviço de apoio às diversas respostas sociais intervindo no apoio a deslocações designadamente no transporte de Utentes/Clientes a consultas, a atividades, exames médicos, transporte de roupa e de refeições.

Para o efeito a SCMVR possui uma frota de 14 viaturas.

Importa salientar que a candidatura efetuada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência na tipologia da mobilidade verde para aquisição de duas viaturas elétricas para o Serviço de Apoio Domiciliário foi aprovada aumentando a frota de 14 para 16 viaturas, no entanto mantem-se a intenção de que após o fornecimento dessas viaturas será retirado do funcionamento regular as viaturas que mais despesas têm gerado. Importa salientar que o processo de fornecimento das duas



viaturas elétricas encontra-se moroso face á falta de resposta por parte dos fabricantes prevendo a sua entrega durante o primeiro semestre do ano de 2023.

Cozinha

Atualmente as refeições são confeccionadas pela empresa de restauração “ITAU” para todas as unidades da Instituição tendo como responsabilidade a gestão de todo o processo desde a encomenda das matérias-primas, gestão de stocks, confeção e empratamento.

De forma a efetuar um acompanhamento personalizado e específico na alimentação dos utentes/clientes nas ERPI’S mantem-se os serviços de uma nutricionista.

Recursos Humanos

Os recursos humanos constituem um pilar fundamental para o funcionamento da Instituição. É fundamental que os Colaboradores se sintam motivados para o desempenho das suas funções e assim contribuir para sucesso da SCMVR.

De salientar que os recursos humanos da Instituição têm um peso orçamental considerável e onde não há espaço para negociação para uma eventual redução de custos. Por este fato é fundamental fazer-se uma gestão criteriosa dos recursos existentes. A Instituição continuou durante o decurso do ano de 2022 a ser obrigada a suspender a formação ainda na sequência da pandemia do COVID-19 tendo sido realizadas ações de formação para os colaboradores em contexto de trabalho recorrendo a recursos próprios da Instituição, recorrendo a formação via on-line através de plataformas digitais para o efeito, e algumas de forma presencial no âmbito do acolhimento a refugiados da Guerra da Ucrânia tendo sido possível dar formação nas seguintes áreas:

- Tratamento de feridas / úlceras de pressão – UMP
- IV Jornadas Farmacêuticas de Cuidados Continuados e Paliativos – Tema Nova Oportunidade para um Intervenção Diferenciada
- Língua Portuguesa - Promovido pelo IEFP
- Avaliação de Desempenho: Pessoas & Organização | Online
- Formação nos programas de Contabilidade, Utentes e Salários - WinGTE, WinSEC, WinGSL – Promovida pela SASTI

O número médio de Colaboradores ao longo do ano de 2022 foi de 254 Colaboradores.

Acolhimento a pessoas refugiadas da Ucrânia

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei aderiu ao apelo da União das Misericórdias Portuguesas para acolher cidadãos ucranianos em busca de proteção, contribuindo assim para prestar apoio numa situação de absoluta crise humanitária. Assim a Instituição acolheu quatro famílias durante o ano de 2022, perfazendo um total de oito cidadãos, dois dos quais crianças. A Instituição diligenciou o



necessário para efetuar o seu acolhimento desde o acompanhamento e apoio na obtenção da autorização temporária de residência junto das entidades competentes para o efeito, acompanhar a sua integração na comunidade, na escola, na saúde, no mercado de trabalho. Foi criado um centro de custos exclusivamente dedicado a todas as despesas tidas no âmbito do acolhimento aos cidadãos ucranianos o qual ascende ao valor de 7.197,56€.

5. RELATÓRIO DO PLANO DE AÇÃO 2022

1. Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR) desenvolve a sua atividade através de cinco respostas sociais através de diversos equipamentos designadamente a ERPI de Santo António, ERPI Casa do Idoso, ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor e Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos”. Todos os equipamentos mencionados funcionam com recurso a serviços de suporte nomeadamente administrativos, lavandaria, externos, cozinha e serviços religiosos. Existe ainda um conjunto de prestação de serviços que visam garantir a todos o acesso a um conjunto de bens e serviços de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos utentes/clientes bem como aos colaboradores da Instituição.

1.1. Caracterização da capacidade das respostas sociais

Respostas Sociais	Capacidade	Vagas Protocoladas (ISS/ARS)	Nº Utentes a frequentar (1) (Dez.2022)
ERPI Santo António	60	60	60
ERPI Casa do Idoso	49	38	49
ERPI CGNSE	117	48	105
UCCIRDL	68	68	68
CJI “Os Patuscos”	59	33	39
SAD	70	51	33
PEA	6	6	2

Fig.1 Respostas Sociais da SCMVR

(1) Considerou-se os dados a dezembro de 2022.

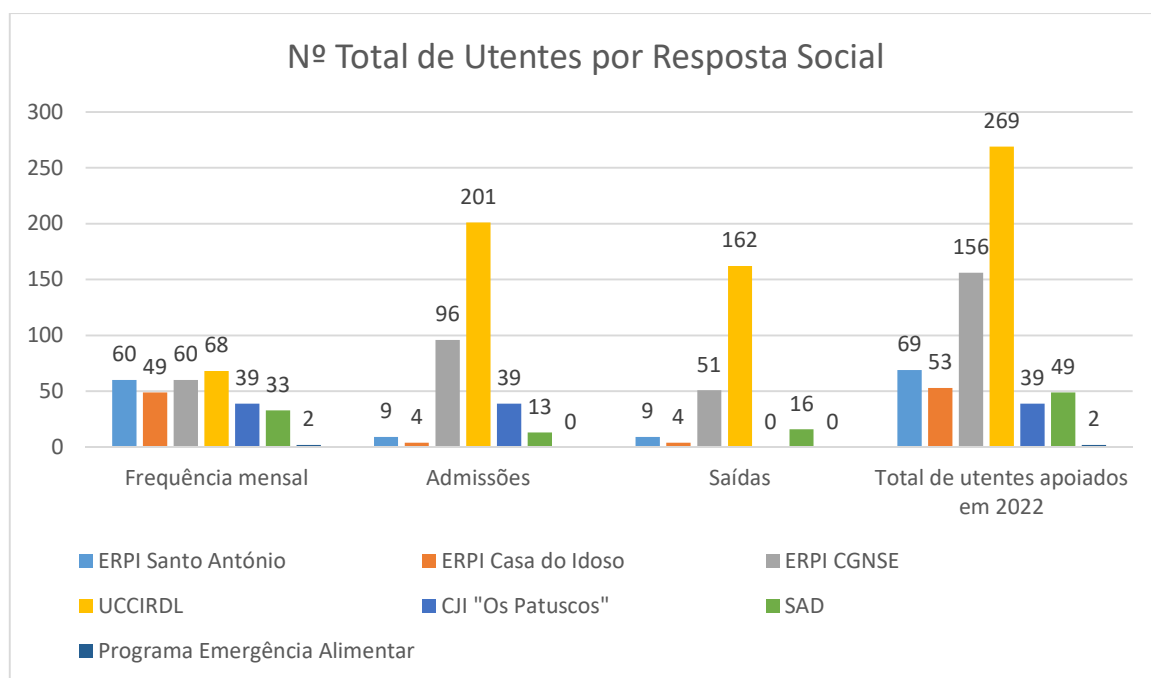


Gráfico 1. Número Total de Utentes/Clientes por Resposta Social

Relativamente ao número total de utentes/clientes por resposta social considerou-se o número de crianças inscritas para o ano letivo 2022 na Creche e Jardim de Infância “Os Patúscos” e no Serviço de Apoio Domiciliário considerou-se o número médio de utentes/clientes que frequentaram aquela resposta social. Durante o ano de 2022, entre entradas e saídas, apoiou-se um total de 637 utentes/clientes tendo tido um número médio de 357 utentes/clientes durante o período em referência.



1.2. Caracterização do Género na Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

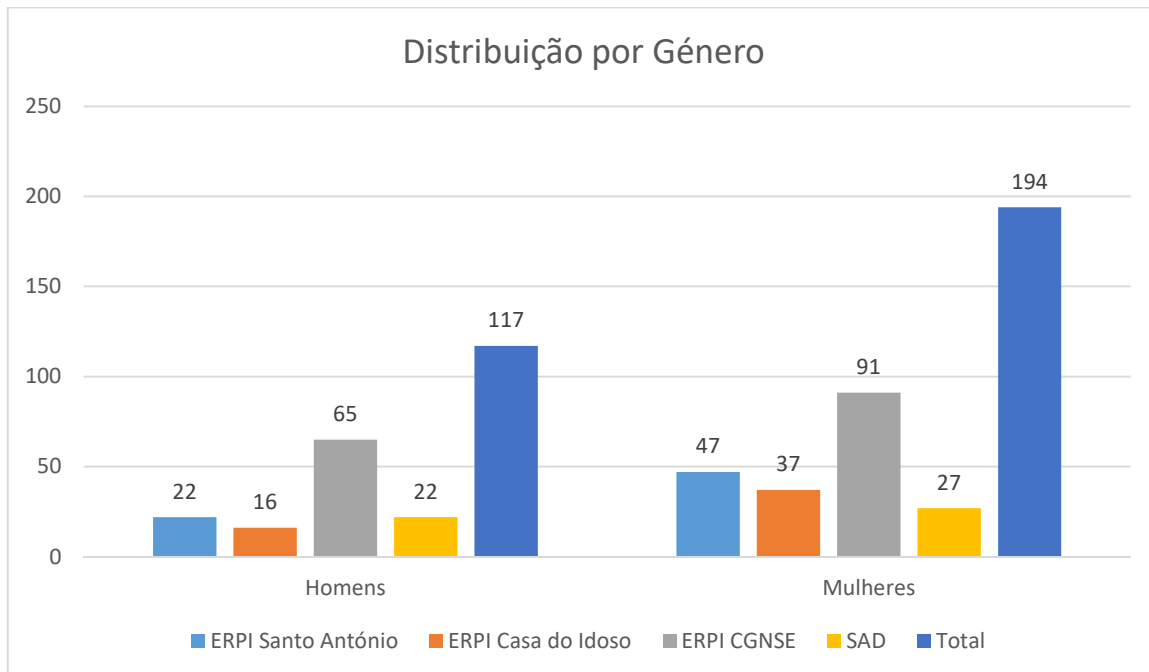


Gráfico 2. Número médio mensal de Utentes/Clientes por Resposta Social (considerado o número total de utentes apoiados em 2022)

Verifica-se que em todas as respostas sociais de ERPI e de SAD prevalece o género feminino.

1.3. Caracterização da Faixa Etária dos Utentes de ERPI'S e SAD da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

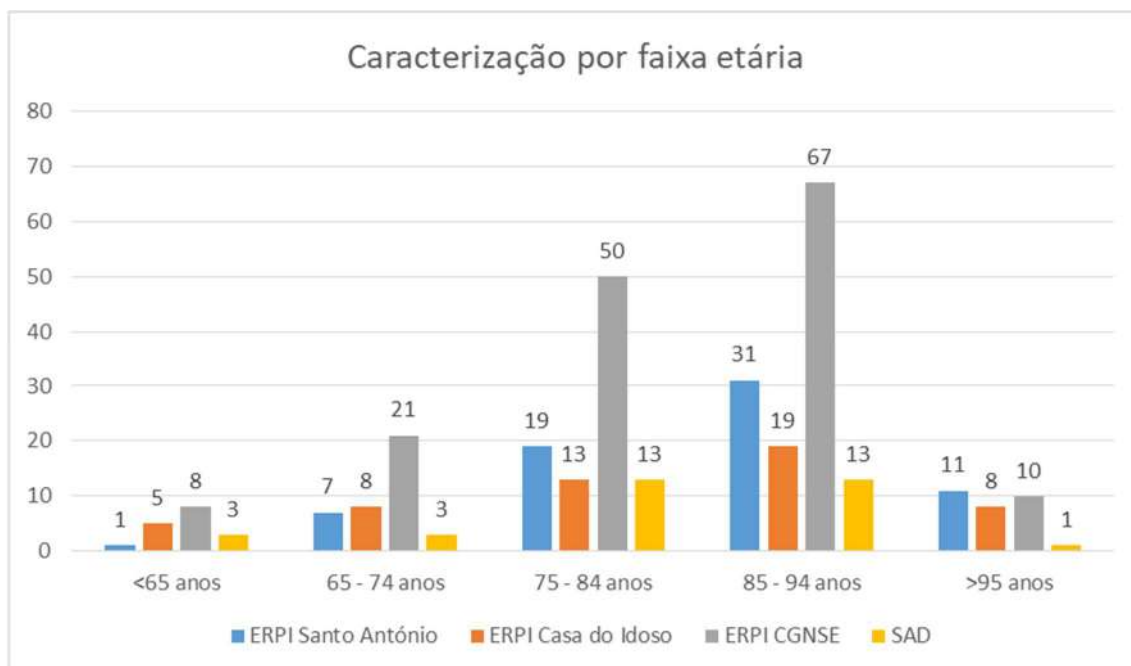




Gráfico 3. Idades dos Utentes/Clientes por Resposta Social de ERPI'S e SAD
(considerado o número total de utentes apoiados em 2022)

Podemos verificar que o intervalo etário com maior relevância nas ERPI'S e SAD incide sobre a faixa etária entre os 85 e os 94 anos.

1.4. Caracterização da situação de dependência dos utentes da SCMVR

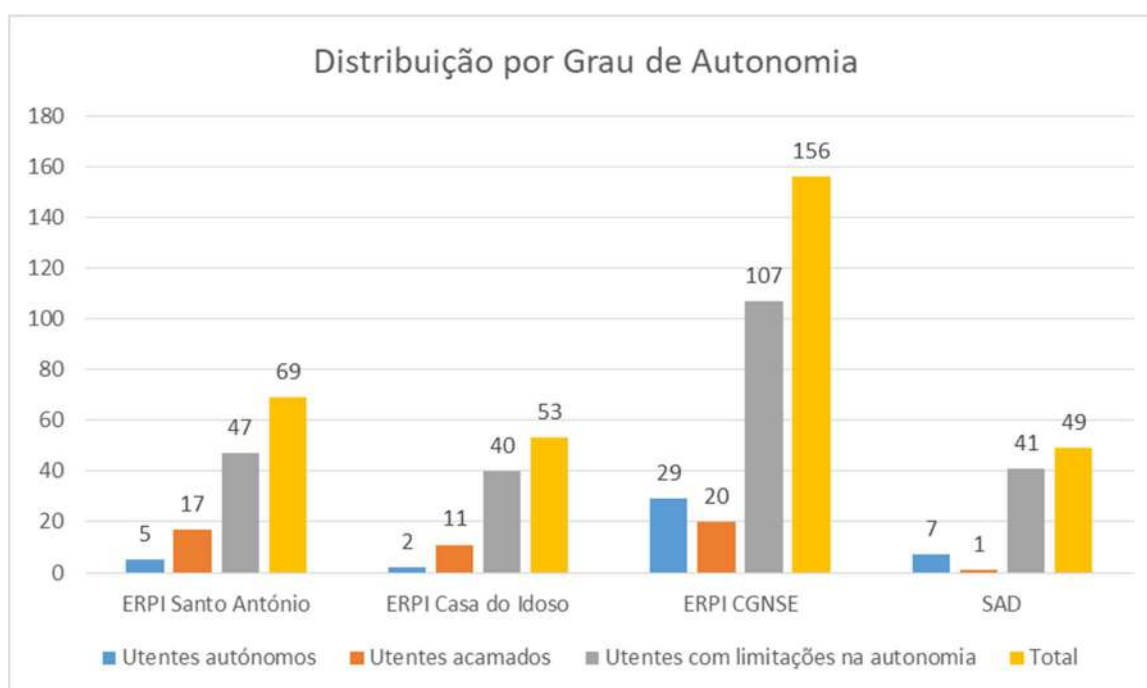


Gráfico 4. Distribuição por Grau de Autonomia
(considerado o número total de utentes apoiados em 2022)

Verifica-se que a grande maioria dos utentes das diferentes respostas sociais de ERPI e SAD possuem algum tipo de limitação na autonomia. Uma das principais preocupações da SCMVR é, e será sempre, poder apoiar todos os utentes/clientes, indo ao encontro das suas expectativas e necessidades.



1.5. Caracterização dos atendimentos e inscrições para Estrutura Residencial para Pessoas Idosas na SCMVR

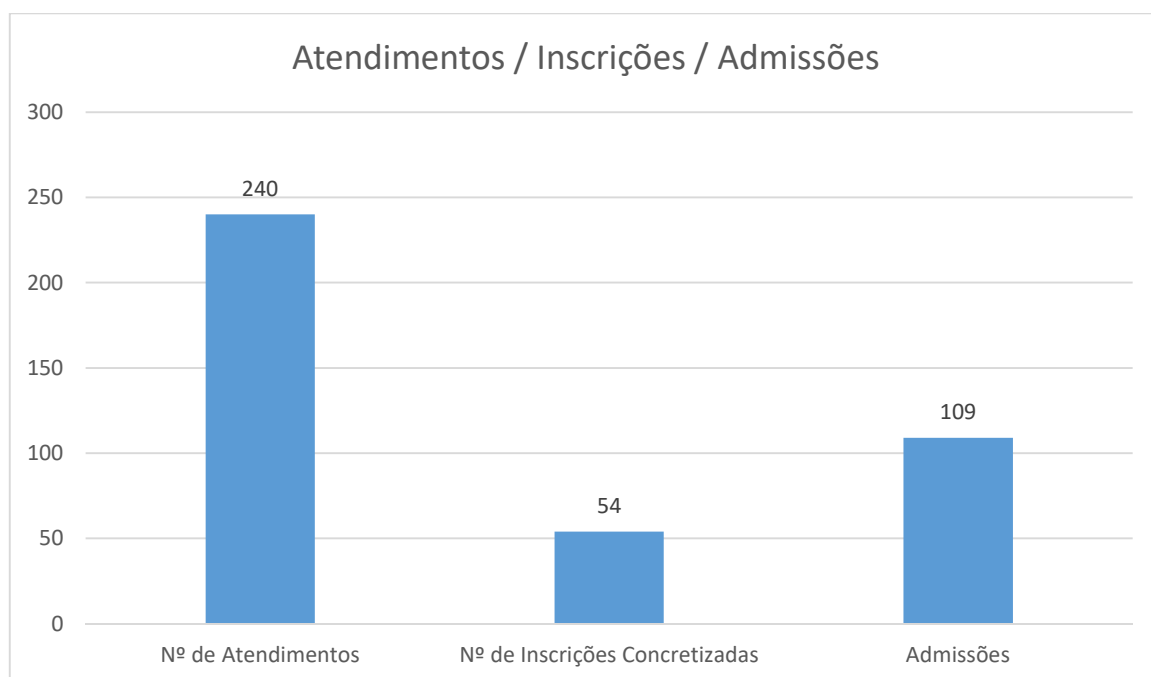


Gráfico 5. Atendimentos, Inscrições e Admissões em ERPI'S

Durante o ano de 2022 efetuaram-se 240 atendimentos dos quais formalizaram-se 54 inscrições.

Durante o ano de 2022 concretizaram-se 109 admissões em ERPI.

Em dezembro de 2022, na sequência de atualização encontravam-se 220 pessoas inscritas para integrar a resposta social de ERPI.



2. Monitorização e Avaliação do Plano de Ação 2022

EIXO I: Gestão e Sustentabilidade

Objetivo Estratégico: Assegurar o equilíbrio económico e financeiro da SCMVR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Garantir uma boa execução Orçamental	% de cumprimento Orçamento	≤ 5% de desvio Orçamental	100%	+0,015%	Na globalidade da execução orçamental, houve um desvio positivo de 0,015% relativamente à meta considerada
Receber a totalidade da faturação	Taxa de recebimento da faturação	≥ 95% de taxa de recebimento	100%	+0,005%	Na globalidade na taxa de recebimento da faturação houve um desvio de 0,005% relativamente à meta considerada
Alienar imóveis urbanos e rústicos propriedade da SCMVR	N.º de imóveis alienados	≥ 1 Imóvel	100%	+500%	Foram alienados 6 imóveis rústicos e urbanos
Dinamizar ações de captação de recursos	N.º de ações de captação de recursos realizadas	≥ 2 Ações	100%	0%	Publicitação das nossas atividades na página da Instituição
Aumentar a Irmandade da SCMVR	N.º de novos Irmãos	> 10 Novos Irmãos	0%	0%	Não se admitiu novos irmãos em 2022
Aumentar o rácio de cobrança das Quotas	% de aumento	≥ 5% de aumento neste indicador face ao ano transato	57,07%	-42,93%	No ano de 2022 os recebimentos de quotas foram superiores aos recebimentos do ano 2021 em 19%
Realizar reuniões da Mesa Administrativa da SCMVR	N.º de Reuniões da MA realizadas durante o ano	≥ 12 reuniões da MA	100%	+91,67%	A Mesa Administrativa da SCMVR realizou 23 reuniões
Realizar reuniões do Conselho Fiscal da SCMVR	N.º de Reuniões do Conselho Fiscal realizadas durante o ano	≥ 3 reuniões do Conselho Fiscal	100%	+50%	O Conselho Fiscal da SCMVR realizou 3 reuniões



Realizar reuniões da Assembleia Geral	N.º de Reuniões da Assembleia Geral realizadas durante o ano	≥ 2 reuniões da Assembleia Geral	100%	+100%	A Assembleia Geral realizou 4 reuniões
Participar nas atividades, reuniões regionais e nacionais do Secretariado Regional e UMP	Taxa de participação nas reuniões	≥ 75% de taxa de participação	100%	+25%	Os representantes da SCMVR estiveram em todas as reuniões convocadas pela UMP (online e presencial)

**EIXO II: Qualidade e Inovação****Objetivo Estratégico: Melhorar no âmbito do processo de Suporte Recursos: Gestão da Manutenção**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Assegurar o cumprimento dos Planos de Manutenção dos Equipamentos e Infraestruturas (Gestão da Manutenção)	Taxa de cumprimento dos Planos de Manutenção dos Equipamentos e Infraestruturas	≥ 80%	100%	+20%	Todos os Planos de Manutenção foram cumpridos
Proceder à conservação e reparação do equipamento básico nas Unidades da SCMVR (Gestão da Manutenção)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação do equipamento básico	≥ 90% de Intervenções	100%	+6,2%	A meta definida foi cumprida garantindo que a maioria das intervenções necessárias fossem realizadas
Proceder à conservação e reparação do equipamento de transporte (Gestão da Manutenção da Frota Automóvel)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação da Frota automóvel	≥ 100% de Intervenções	100%	0%	Foram cumpridas todas as intervenções face às necessidades da frota automóvel
Proceder à conservação e reparação do edificado da SCMVR (Gestão da Manutenção)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação do edificado da SCMVR	≥ 90% de Intervenções	100%	+10%	Foram cumpridas todas as intervenções face às necessidades

**Objetivo Estratégico: Melhorar no âmbito do Processo de Suporte Recursos: HACCP e SSHT**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Assegurar o cumprimento do Sistema de HACCP	N.º de não conformidades identificadas nas Auditorias de HACCP	≤ 15 não conformidades por Auditora	100%	0%	Realizaram-se 3 auditorias durante o ano 2022 nas seguintes datas: - 11/01/2022 - 18/04/2022 - 28/07/2022 Na análise efetuada verificaram 1 não conformidade
Cumprir o Plano de prevenção no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	N.º de não conformidades identificadas nas Auditoria de SHT	≤ 5 não conformidades por Auditora	100%	0%	Realizou-se 1 auditoria durante o ano 2022 em 10/08/2022 Na análise efetuada verificaram-se que foram apresentadas oportunidades de melhoria, nomeadamente na sinalética de espaços e equipamentos.
	N.º de Acidentes de Trabalho (AT) por ano	≤ 12 AT/ano	100%	0%	Nº Acidentes de Trabalho em 2022: 11

**Objetivo Estratégico: Aplicar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE)**

2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4/2016)

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Assegurar o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	Taxa dos dados tratados de acordo com o RGPD	100% dos dados tratados de acordo com o RGPD	100%	0%	Implementado

Objetivo Estratégico: Inovar/Melhorar as condições de acolhimento, os serviços prestados e os cuidados disponibilizados aos utentes

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Apresentar candidaturas a programas de apoio/financiamento empresariais	N.º Candidaturas apresentadas	≥ 1 Candidaturas	0%	0%	Não houve publicitação de programas de apoio que se adequasse à instituição

Objetivo Estratégico: Implementar melhorias e adotar procedimentos que correspondam às necessidades e expectativas dos intervenientes: Utentes; Familiares; Colaboradores e Parceiros da Instituição

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Aumentar o grau de satisfação dos intervenientes	Grau de satisfação dos intervenientes	≥ 60% de satisfação dos intervenientes	0%	0%	Devido a alteração da Direções Técnicas não estavam reunidas as condições para aplicação de inquérito às famílias/responsáveis dos utentes/Clientes de todas as respostas sociais da SCMVR

**EIXO III: Melhorar a Comunicação Interna e Externa da SCMVR****Objetivo Estratégico: Melhorar a comunicação e externa da SCMVR**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Divulgar as atividades da SCMVR na página do Facebook	Nº de publicações por mês	≥4 Publicações mensais	100%	0%	O objetivo foi cumprido face às publicações que periodicamente se efetua na Pagina

Objetivo Estratégico: Promover e divulgar as atividades desenvolvidas na SCMVR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Atualizar os folhetos das respostas sociais da SCMVR	Nº de folhetos atualizados	≥ 6 Folhetos atualizados	0%	0%	Deixou de ser aplicável
Dinamizar ações de promoção da SCMVR na comunidade	N.º de ações realizadas	≥ 2 Ações	0%	0%	Não houve condições para a concretização deste objetivo ainda devido à situação pandémica do covid-19

Objetivo Estratégico: Envolver os parceiros nas atividades da SCMVR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Participações nas reuniões do CLAS	Nº de participações nas reuniões	≥1	100%	0%	Os representantes da SCMVR estiveram em todas as reuniões convocadas pelo CLAS



EIXO IV: Investimentos: Equipamentos e Infraestruturas

Objetivo Estratégico: Ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Aquisição de Mobiliário para a Ampliação da ERPI CGNSE	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	Não houve condições económicas para o efeito

Objetivo Estratégico: Requalificação da ERPI Casa do Idoso

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Requalificação da ERPI Casa do Idoso (no âmbito da candidatura aprovada, Programa Portugal 2020)	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	70%	-30%	A especialidade de construção civil não foi executada devido a não ter havido resposta atempada do financiamento da candidatura aprovada

**Objetivo Estratégico: Melhorar a Gestão de Equipamentos e Infraestruturas**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Alteração das Casas de Banho na ERPI Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido à situação pandémica do covid-19.
Instalação do Sistema Solar de aquecimento das águas sanitárias da ERPI de Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido a não ter havido nenhum programa a candidatar para o efeito.
Substituição de iluminação por Luminárias do tipo LED	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido a não ter havido nenhum programa a candidatar para o efeito.
Substituição do Sistema de Campainhas na ERPI de Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida por haver limitações financeiras

**EIXO V: Recursos Humanos****Objetivo Estratégico: Aumentar as qualificações profissionais dos colaboradores da Instituição**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Aumentar as competências e qualificações de acordo com as necessidades dos colaboradores da SCMVR	Taxa de Cumprimento do Plano Anual de Formação	≥ 50% do Cumprimento do Plano Anual de Formação	0%	-100%	Não foi cumprido ainda devido à situação pandémica do covid 19
	Taxa de participação nas formações dos colaboradores da SCMVR	≥ 50% Participação nas formações dos colaboradores da SCMVR	9,7%	-90,3%	A participação na formação realizada foi de 9,7% dos colaboradores.

Objetivo Estratégico: Valorização Pessoal e Motivação das Equipas de Trabalho

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Promover estratégias para a coesão da equipa e divulgação da missão institucional	Taxa de participação nas atividades a desenvolver para os colaboradores da Instituição	≥ 75% de participação dos colaboradores nas atividades desenvolvidas	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido à situação pandémica do covid-19.
Valorizar individualmente cada colaborador	Nº de felicitações dos aniversários dos colaboradores da SCMVR via postal	≥ 90% de felicitações dos aniversários dos colaboradores da SCMVR	100%	+10%	Todos os colaboradores foram felicitados aquando o seu aniversário

Objetivo Estratégico: Renovar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Adquirir EPI para cada colaborador	N.º de EPI adquiridos	≥ 60 EPI adquiridos durante o ano	100%	0%	Foram adquiridos em 2022 555 EPI's (botas, fardas e fatos)



EIXO VI: Ação Social, Comunitária e Religiosa

Objetivo Estratégico: Dinamizar o Plano Individual dos utentes das respostas sociais da SCMVR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Obter uma taxa de cumprimento do PI	Taxa de cumprimento dos objetivos alcançados do PI	≥70% dos objetivos alcançados do PI	Não avaliado	Não avaliado	Todos os PI'S foram elaborados e aplicados contudo não foram avaliados os objetivos alcançados

Objetivo Estratégico: Praticar atos de culto católico, baseados nos princípios da doutrina e moral cristã - Ação Religiosa

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Promover a participação em ações religiosas organizadas pela Paróquia e por outras entidades	Taxa de participação nas ações religiosas dos utentes, colaboradores e Direção	≥50% da participação nas ações religiosas dos utentes, colaboradores e Direção	0%	0%	A Meta não foi atingida devido às medidas implementadas devido à situação pandémica do covid-19.



6. APRECIÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando no final de cada ano se faz o balanço do mesmo apercebemo-nos de todo o trabalho desenvolvido, com empenho e dedicação, considerando toda a complexidade organizacional e as condições da Instituição, em que os órgãos de gestão tiveram sempre presente a preocupação, o rigor e a contenção orçamental.

O ano de 2022 foi manifestamente um ano atípico dado que continuámos a viver a pandemia do covid-19 tendo vindo a crescer a guerra na Ucrânia tendo trazido um impacto enorme ao nível dos gastos, voltando a gerar-se um aumento extraordinário dos custos de todos os produtos, bens e serviços necessários para desenvolver toda a atividade da Instituição.

Apesar do ano ter sido de grandes dificuldades foi realizado um trabalho do qual fazemos um balanço positivo. Temos consciência de ter cumprido uma parte da etapa podendo verificar-se no relatório de análise das demonstrações financeiras referente ao ano 2022 que se trabalhou para uma gestão mais eficiente. Contudo fazer-se o equilíbrio entre as necessidades e a capacidade financeira da Instituição está cada vez mais difícil dado que os desafios de sustentabilidade financeira são constantes, colocada em causa muitas vezes por fatores como o aumento do salário mínimo nacional, o não acompanhamento das comparticipações da Segurança Social, os impostos pela carga fiscal e obrigações impostas pelas entidades da tutela, a morosidade dos processos das candidaturas ao programa PARES 3.0 entre outros fatores próprios e intrínsecos ao funcionamento interno da instituição tal como por exemplo o recrutamento e qualificação de recursos humanos, devido à sua escassez, mas essenciais para dar continuidade à prestação de serviços de qualidade aos nossos utentes.

Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição evidenciava um passivo corrente de 2.317.462,17€, que excedia o ativo corrente, tendo este o valor de 847.810,28€, em resultado dos investimentos realizados nos últimos 16 anos designadamente na construção da Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor, a primeira fase e posteriormente a ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança e que obrigaram a recorrer a empréstimos bancários para assim conseguir dar prossecução e concretizar os projetos em curso e por conseguinte aumentou-se o endividamento da instituição.

O ano 2022 ficou marcado pelo o aumento dos gastos com o pessoal decorrentes do aumento do salário mínimo nacional bem como do inicio do funcionamento da ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, a continuidade de despesas extraordinárias relativas a equipamentos de proteção individual, produtos de limpeza e desinfetantes para fazer face aos surtos pandémicos da covid-19 que houve na instituição, o aumento da energia e do gaz contribuíram de forma substancial



para o aumento dos custos da instituição e por conseguinte para o resultado líquido negativo do período apresentado cujo valor é 386.968,84€.

Tal como previsto durante o ano de 2022 efetivou-se a reestruturação da dívida da Instituição, prosseguiu-se ao estudo de viabilidade económica financeira estando o mesmo concluído e em fase de submissão à União das Misericórdias Portuguesas para emissão de parecer e por conseguinte submeter a candidatura ao Fundo Socorro Social ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, prosseguiu-se aos trabalhos de implementação de duas centrais fotovoltaicas estimando-se que entre em pleno funcionamento no primeiro trimestre de 2023 contribuindo para uma poupança anual que se estima no valor de 50.000,00€.

Apesar de termos plena consciência dos desafios quotidianos com que a Instituição se depara, consequência direta da conjuntura económico social ao nível mundial, nacional e local encaramos o ano de 2023 com otimismo, pois acreditamos que os investimentos efetuados bem como as estratégias em curso conjuntamente com a continuidade da política de rigor irão contribuir para a sustentabilidade financeira da Instituição.

Importa ainda expressar a todos os Colaboradores e Órgãos Sociais um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo, contributo fundamental na qualidade dos serviços e cuidados que prestamos aos nossos Utentes/Clientes.

Aprovado em Mesa Administrativa, na sua reunião de 27 de abril de 2023, por:

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim
Provedora

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa
Vice- Provedora



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2022

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz

Tesoureira

Américo Bernardino

Primeiro Secretário

Fernanda Maria Gaspar Matias

Segunda Secretária

**7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Balanço**

Rúbricas	Notas	Período	
		2022	2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	7.484.930,16	7.720.865,22
Bens do património histórico e cultural	8	172.076,73	177.021,23
Ativos intangíveis	9		
Investimentos financeiros	10	36.670,12	33.137,09
	Subtotal	7.693.677,01	7.931.023,54
Ativo corrente			
Inventários	11	114.981,01	129.961,64
Créditos a receber	12	438.023,82	316.447,78
Estado e outros entes públicos	13	40.554,58	29.590,33
Fundadores, associados e membros	14	16.093,00	14.395,00
Diferimentos	15	6.379,24	10.104,75
Outros ativos correntes	16	32.616,87	40.251,72
Caixa e depósitos bancários	17	199.161,76	293.726,08
	Subtotal	847.810,28	834.477,30
	Total do Ativo	8.541.487,29	8.765.500,84
Fundo patrimonial e passivo			
Fundo Patrimonial			
Fundos	18	10.215,01	10.215,01
Resultados transitados	18	1.405.726,68	1.762.031,42
Ajustamentos / outras variações do fundo patrimonial	18	1.231.907,84	1.247.940,18
	Subtotal	2.647.849,53	3.020.186,61
Resultado líquido do período	18	-386.968,84	-356.304,74
Total do fundo patrimonial		2.260.880,69	2.663.881,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	3.963.144,43	4.297.608,89
Passivo corrente			
Fornecedores	20	706.491,15	487.725,02
Estado e outros entes públicos	21	140.767,63	80.438,32
Financiamentos obtidos	19	625.965,85	585.358,17
Diferimentos	22	116.834,88	58.194,57
Outros passivos correntes	23	727.402,66	592.294,00
	Total do passivo corrente	2.317.462,17	1.804.010,08
	Total do passivo	6.280.606,60	6.101.618,97
	Total do fundo patrimonial e do passivo	8.541.487,29	8.765.500,84

**Demonstração de resultados por natureza**

Rúbricas	Notas	Período	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	24	3.927.653,27	3.546.886,99
Subsídios, doações e legados à exploração	25	1.440.354,42	1.133.256,83
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	-423.671,87	-386.582,63
Fornecimentos e serviços externos	27	-1.399.501,01	-1.144.255,38
Gastos com o pessoal	28	-3.678.976,81	-3.285.341,97
Outros rendimentos	29	108.775,79	89.940,60
Outros gastos	30	-22.396,89	-18.341,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-47.763,10	-64.437,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31	-256.652,24	-238.353,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-304.415,34	-302.791,07
Juros e rendimentos similares obtidos	32	7,13	5,14
Juros e gastos similares suportados	33	-82.560,63	-53.518,81
Resultado antes de impostos		-386.968,84	-356.304,74
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	18	-386.968,84	-356.304,74



Demonstração fluxos de caixa

Descrição	Notas	Período	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		5.335.609,77	4.592.427,52
		-	-
Pagamentos a fornecedores		1.853.547,38	1.749.858,87
		-	-
Pagamentos ao pessoal		2.797.405,49	2.562.029,76
Caixa gerada pelas operações		684.656,90	280.538,89
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		-432.019,65	-531.538,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		252.637,25	-251.000,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-41.371,67	-102.215,39
Investimentos financeiros		-13.870,14	-10.466,98
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		93.362,00	61.568,99
Investimentos financeiros		10.337,11	3.303,73
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)		48.457,30	-47.809,65
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.361.177,98	200.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
		-	-
Financiamentos obtidos		1.671.725,37	-41.765,39
Juros e gastos similares		-85.111,48	-35.646,79
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-395.658,87	122.587,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-94.564,32	-176.221,89
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	293.726,08	469.947,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	199.161,76	293.726,08

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2022**

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações do fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2021	1	10.215,01	1.762.031,42	1.247.940,18	-356.304,74	2.663.881,87
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2021	18		-356.304,74		356.304,74	
Outras variações 2021	18					
Reconhecimento de subsídios ao investimento	18			5.950,00		5.950,00
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	18			-21.982,34		-21.982,34
Sub - total	2		-356.304,74	-16.032,34	356.304,74	-16.032,34
Resultado líquido do período	3	18			-386.968,84	-386.968,84
Resultado integral						
Operações com detentores do capital próprio						
Posição no fim do período de 2022	4=1+2+3	10.215,01	1.405.726,68	1.231.907,84	-386.968,84	2.260.880,69

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2021**

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações do fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2020	1	10.215,01	1.833.603,37	1.269.922,52	-71.571,95	3.042.168,95
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2020	18		-71.571,95		71.571,95	
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	18			-21.982,34		-21.982,34
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar						
Sub - total	2		-71.571,95	-21.982,34	71.571,95	-21.982,34
Resultado líquido do período de 2021	3	18			-356.304,74	-356.304,74
Resultado integral					-356.304,74	-356.304,74
Operações com detentores do capital próprio						
Posição no fim do período de 2021	4=1+2+3	10.215,01	1.762.031,42	1.247.940,18	-356.304,74	2.663.881,87

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS**

Rendimentos e Gastos	E.R.P.I Santo António	E.R.P.I. Casa do idoso	E.R.P.I. Centro Geriátrico N.S. Esperança	Serviço de apoio domiciliário	Creche e Jardim de Infância	U.C.C.I. Rainha D. Leonor	Cantina	"Casa dos Amigos"	Capela	Refugiados da Ucrânia	Total
Vendas e serviços prestados	465.400,56	366.926,44	952.470,25	102.688,34	39.613,92	1.997.146,26	3.407,50				3.927.653,27
Subsídios, doações e legados à exploração	389.519,46	315.819,03	492.526,47	78.690,59	141.789,44	22.009,43					1.440.354,42
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	-56.022,72	-41.854,86	-92.264,51	-2.841,56	-3.364,83	-227.323,39					-423.671,87
Fornecimentos e serviços externos	-190.214,14	-196.927,30	-329.232,06	-78.506,36	-37.649,74	-557.836,54	-1.798,16	-72,21	-93,79	-7.170,71	-1.399.501,01
Gastos com o pessoal	-593.901,25	-445.857,19	-1.052.774,46	-153.086,70	-158.995,11	-1.273.144,40	-1.217,70				-3.678.976,81
Outros rendimentos	10.469,51	26.783,58	36.655,08	1.704,92	7.672,86	25.489,84					108.775,79
Outros gastos			-315,99			-22.080,90					-22.396,89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	25.251,42	24.889,70	7.064,78	-51.350,77	-10.933,46	-35.739,70	391,64	-72,21	-93,79	-7.170,71	-47.763,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-26.638,55	-32.817,41	-103.039,57	-4.905,39	-6.544,08	-77.752,98	-9,76		-4.944,50		-256.652,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1.387,13	-7.927,71	-95.974,79	-56.256,16	-17.477,54	-113.492,68	381,88	-72,21	-5.038,29	-7.170,71	-304.415,34
Juros e rendimentos similares obtidos	0,30	0,04	0,60	0,01		6,18					7,13
Juros e gastos similares suportados	-5.618,95	-4.682,49	-41.909,12	-2.497,42	-1.873,06	-25.979,59					-82.560,63
Resultado antes de impostos	-7.005,78	-12.610,16	-137.883,31	-58.753,57	-19.350,60	-139.466,09	381,88	-72,21	-5.038,29	-7.170,71	-386.968,84
Imposto sobre o rendimento do período											
Resultado líquido do período	-7.005,78	-12.610,16	-137.883,31	-58.753,57	-19.350,60	-139.466,09	381,88	-72,21	-5.038,29	-7.170,71	-386.968,84



8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, com o número de identificação de pessoa coletiva 501885196.

Sede: Rua Abílio Santos, n.º 5, 6110-244, Vila de Rei

Natureza da atividade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 1581.

O fundo patrimonial da instituição é de 10.215,01 euros.

Tem por atividade principal atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento a que corresponde o CAE 87301, desenvolvendo ainda as respostas sociais de creche, pré-escolar, apoio domiciliário, cantina social, rede de cuidados continuados e pratica de atos de culto católico.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras que se anexam foram aprovadas pela Mesa Administrativa na reunião de 27/04/2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia de Irmãos.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).



2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo NCRF-ESNL.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF EM VIGOR

A adoção da NCRF-ESNL nos termos definidos no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho, ocorreu pela primeira vez em 2016.

As Demonstrações Financeiras de 2022 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Mesa Administrativa procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa Administrativa concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição evidenciava um passivo corrente de 2.317.462,17 euros, que excedia o ativo correntes em 1.469.651,89 euros.

A Instituição realizou investimentos na ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança para mais 57 vagas, que entrou em funcionamento no início de 2022 que significou um acréscimo de rendimentos esperando-se uma melhoria significativa dos resultados no futuro. Para além disso realça-se a aprovação de uma candidatura ao programa PARES no montante de 638.736,00 euros.

Encontra-se na fase final a apresentação um pedido de apoio ao Fundo de Socorro Social no montante de 620.000,00 euros. O documento “memória descritiva e estudo de viabilidade” foi enviado à União



das Misericórdias para efeitos de validação, prevendo a entrega na Segurança Social até ao fim do corrente mês de abril.

Desta forma a Mesa Administrativa espera inverter o desequilíbrio acima referido.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*”.

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados, exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL.

4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas



devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas e registadas, pelo método das quotas constantes, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, para os ativos fixos tangíveis anteriores à entrada do normativo, as taxas são as definidas na portaria 173/89 de 3 de março (específicas para as IPSS), para os bens com data de aquisição posteriores a esta, são as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	4 nos
Equipamento administrativo	entre 3 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 4 e 10 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor



patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos. As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo intangível	Vida útil estimada
Programas computador	3 anos

4.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de



imediatamente na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.4 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento estão incluídas na rubrica de ativos fixos tangíveis e compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital ou ambos, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios. As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo. Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica de “Ganhos/Perdas por aumentos de justo valor”. Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”, estas não foram avaliadas no exercício de 2022.

4.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do



período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”.

4.2.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;
 - (ii) Alterações na taxa de câmbio;
 - (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos necessários para a concluir e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, sendo a diferença registada como uma perda por imparidade.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, adota como método de custeio dos inventários o último preço de custo.

Os inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade para ela gerir fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou o custo corrente, o mais baixo dos dois.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.



As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fundos patrimoniais

A rúbrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por:

Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

Fundos acumulados e outros excedentes

Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



4.2.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no capital próprio gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.9 Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.



Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir um exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4.2.10 Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto *“As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”*.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo nomeadamente, os relativos às modalidades de assistências medicamentosa, assistência médica e enfermagem e rendimentos prediais.



O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento a receber ou a restituir.

4.4 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados,



independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.5 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.6 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, a Instituição adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2022 e em 31/12/2021 detalha-se conforme se segue:



Descrição	Conta	Período	
		2022	2021
Numerário (*)	11	4.882,17	4.143,49
Depósitos à ordem	12	194.279,59	289.582,59
Total		199.161,76	293.726,08

(*) Valores guardados em cofre para pequenas despesas.

A rubrica depósitos bancários inclui o montante de 61.053,94 euros em 2022 e 70.006,76 euros em 2021, que não se encontra disponível para uso da Instituição, em resultado destes montantes pertencerem a utentes que delegam na Instituição a gestão dos seus fundos.

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não se verificaram factos dignos de registo.

**7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2022							
Descrição	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	353.765,04	8.580.221,47	1.075.969,27	274.124,00	220.021,16	319.836,24	1.037.450,47	11.861.387,65
Aquisições		36.522,05	11.706,84		3.140,61		3.226,09	54.595,59
Alienações	-162,79	-24.339,70	-4.862,39					-29.364,88
Transferências		1.027.570,23					-1.040.676,56	-13.106,33
Saldo final	353.602,25	9.619.974,05	1.082.813,72	274.124,00	223.161,77	319.836,24		11.873.512,03
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		2.421.945,05	970.729,64	274.488,68	177.693,37	295.665,69		4.140.522,43
Depreciações o exercício		211.865,15	32.891,52		4.784,39	2.166,68		251.707,74
Alienações		-1.460,37	-1.823,25					-3.283,62
Transferências				-364,68				-364,68
Saldo final		2.632.349,83	1.001.797,91	274.124,00	182.477,76	297.832,37		4.388.581,87
Ativo líquido	353.602,25	6.987.624,22	81.015,81		40.684,01	22.003,87		7.484.930,16



	2021							
Descrição	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	354.107,14	8.603.841,37	1.070.053,52	274.124,00	217.641,42	314.705,21	974.721,10	11.809.193,76
Aquisições		1.780,10	5.915,75		2.379,74	5.131,03	62.729,37	77.935,99
Alienações	-342,10	-25.400,00						-25.742,10
Saldo final	353.765,04	8.580.221,47	1.075.969,27	274.124,00	220.021,16	319.836,24	1.037.450,47	11.861.387,65
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		2.237.957,13	940.580,32	272.780,35	171.127,31	292.050,74		3.914.495,85
Depreciações o exercício		190.574,52	30.149,32	1.708,33	6.566,06	3.614,95		232.613,18
Alienações		-6.586,60						-6.586,60
Saldo final		2.421.945,05	970.729,64	274.488,68	177.693,37	295.665,69		4.140.522,43
Ativo líquido	353.765,04	6.158.276,42	105.239,63	-364,68	42.327,79	24.170,55	1.037.450,47	7.720.865,22

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

As depreciações do exercício, no montante de 251.707,74 euros (232.613,18 em 2021), foram registadas em gastos de depreciação e amortização (Nota 30).

A diferença relativa às transferências de ativos fixos tangíveis em curso, no montante de 13.106,33 euros, respeita a móveis que estavam em armazém e foram doados aos colaboradores.



8 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos bens do património histórico e cultural, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022			
Descrição	Edifícios e outras construções	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos			
Saldo inicial	247.224,83	11.688,36	258.913,19
Saldo final	247.224,83	11.688,36	258.913,19
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	70.203,60	11.688,36	81.891,96
Depreciações o exercício	4.944,50		4.944,50
Saldo final	75.148,10	11.688,36	86.836,46
Ativo líquido	172.076,73		172.076,73

2021			
Descrição	Edifícios e outras construções	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos			
Saldo inicial	247.224,83	11.688,36	258.913,19
Saldo final	247.224,83	11.688,36	258.913,19
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	65.354,70	11.688,36	77.043,06
Depreciações o exercício	4.848,90		4.848,90
Saldo final	70.203,60	11.688,36	81.891,96
Ativo líquido	177.021,23		177.021,23

9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:



Descrição	2021	Desreconhecimento	2022
Pogramas de computador	11.135,06	11.135,06	
Ativo intangível bruto	11.135,06	11.135,06	
Depreciações acumuladas	11.135,06	11.135,06	
Ativo intangível líquido			

10 INVESTIMENTOS FINANCEIROS - MÉTODO DO CUSTO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na rubrica “Investimentos financeiros”, foi o seguinte:

Descrição	Período	
	2022	2021
Investimentos noutras entidades		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Sertã	705,00	705,00
Outros investimentos financeiros		
FCT - Fundos de compensação do trabalho	35.965,12	32.432,09
Total	36.670,12	33.137,09

11 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo”, é detalhado como se segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

Descrição	2022	2021	Varição %	Varição valor
Saldo inicial	122.371,64	63.278,32	93,39%	59.093,32
Varição em inventários		44.838,88		
Compras MPSC	408.786,88	400.837,07	1,98%	7.949,81
Saldo final	107.486,65	122.371,64	-12,16%	-14.884,99
Gasto no exercício	423.671,87	386.582,63	9,59%	37.089,24

Relativamente aos produtos acabados verificou-se um decréscimo pouco significativo na rubrica de “Produtos acabados”, que teve a ver com a oferta de doze livros a entidades oficiais, aquando da inauguração da ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança. O valor inscrito no exercício de 2022 e 2021 no montante de 7.494,16 euros e 7.590,00 euros, respetivamente, respeitam ao livro "A Misericórdia".



Descrição	2022	2021	Variação %	Variação valor
Saldo inicial	7.590,00	7.590,00		
Ofertas (68)	95,84			95,84
Saldo final	7.494,16	7.590,00	-1,26%	-95,84

12 CRÉDITOS A RECEBER

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 a rubrica de “Créditos a receber”, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
Clientes	361.126,39	258.503,46
Clientes / utentes valências	76.897,43	57.944,32
Total	438.023,82	316.447,78

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
IVA a recuperar	132,26	
Restituições de I.V.A.	40.422,32	29.590,33
Total	40.554,58	29.590,33

14 FUNDADORES, ASSOCIADOS E MEMBROS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o saldo da conta “Fundadores, associados e membros, correspondia ao valor das quotas em dívida no valor de 16.093,00 euros e 14.395,00 euros, respetivamente.

15 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
Seguros	3.329,16	7.054,67
Outros gastos a reconhecer	3.050,08	3.050,08
Total	6.379,24	10.104,75

**16 OUTROS ATIVOS CORRENTES**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Outros ativos correntes” é assim detalhada:

Descrição	Período	
	2022	2021
Devedores por acréscimo de rendimento	16.212,34	24.350,39
Honorários		
Caução E.D.P.	9.716,25	9.716,25
Fornecedores	6.018,21	5.743,57
Adiantamentos pessoal	665,20	
Medicação utentes		101,51
Outras contas a receber	4,87	340,00
Total	32.616,87	40.251,72

17 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
Numerário (nota 5)	4.882,17	4.143,49
Depósitos bancários (nota 5)	194.279,59	289.582,59
Total	199.161,76	293.726,08

18 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	2022	2021
Fundos	10.215,01	10.215,01
Resultados transitados	1.405.726,68	1.762.031,42
Ajustamentos / outras variações do fundo patrimonial	1.231.907,84	1.247.940,18
Resultado líquido do período	-386.968,84	-356.304,74
Total	2.260.880,69	2.663.881,87

**19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
Instituições de crédito:		
Caixa Geral de Depósitos	707.255,71	778.575,67
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	1.538.788,20	1.615.514,23
Montepio Geral	1.356.177,98	1.402.928,73
Outros financiadores:		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	986.888,39	1.085.948,43
Total	4.589.110,28	4.882.967,06

Os pagamentos dos financiamentos obtidos são detalhados como se segue:

Instituições de crédito	Corrente	Não corrente	Total
CGD Jessica 0912.002010.251	36.897,72	329.004,65	365.902,37
CGD Jessica 0912.002011.251	34.422,24	306.931,10	341.353,34
CCAM 56062493859	29.636,87	353.747,00	383.383,87
CCAM 56067172285	52.516,45	807.887,88	860.404,33
CCAM - Conta corrente caucionada	295.000,00		295.000,00
MG - 274.36.000324-9	76.515,93	1.279.662,05	1.356.177,98
Total	524.989,21	3.077.232,68	3.602.221,89

Outros financiadores	Corrente	Não corrente	Total
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	100.976,64	885.911,75	986.888,39
Total	100.976,64	885.911,75	986.888,39

Relativamente ao valor registado em empréstimos não correntes, cujo vencimento ocorrerá após 31/12/2023 estimam-se os seguintes pagamentos mínimos:



Instituições de crédito	2024 a 2026	Após 2026	Total	Vencimento
CGD Jessica 0912.002010.251 (1)	110.693,16	218.311,49	329.004,65	21-11-2032
CGD Jessica 0912.002011.251 (1)	103.266,72	203.664,38	306.931,10	21-11-2032
CCAM 56062493859 (2)	92.362,54	261.384,46	353.747,00	03-08-2034
CCAM 56067172285 (3)	161.966,53	645.921,35	807.887,88	26-01-2036
MG - 274.36.000324-9 (4)	241.777,56	1.037.884,49	1.279.662,05	30-09-2037
Total	710.066,51	2.367.166,17	3.077.232,68	

1. Hipoteca de 1.000.000,00 € sob imóvel à Caixa Geral de Depósitos;
2. Hipoteca de 500.000,00 € sob imóvel à Caixa Agrícola;
3. Hipoteca de 900.000,00 € sob imóvel à Caixa Agrícola;
4. Garantias associadas ao empréstimo MG - 274.36.000324-9.
 - a. Garantia prestada pelo F.E.I. no montante de 962.500,00 euros
 - b. Hipoteca de 337.500,00 sob imóvel ao M.G;
 - c. Livrança em branco subscrita pelo devedor.
5. Garantia emitida pela GARVAL. Esta garantia já deveria ter sido anulada em virtude de estar associada aos dois empréstimos no M.G. liquidados em setembro de 2022.

Relativamente ao protocolo existente com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a estimativa de fluxos registado em não corrente será o seguinte:

Outros financiadores	2024 a 2026	Após 2026	Total
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	302.929,92	582.981,83	885.911,75

20 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Fornecedores”, apresentava a seguinte decomposição.

Descrição	Período	
	2022	2021
Fornecedores c/c	706.491,15	487.725,02
Total	706.491,15	487.725,02

**21 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
Retenção impostos sobre o rendimento	23.839,70	14.854,50
Imposto sobre o valor acrescentado	2.394,56	451,35
Contribuições e quotizações - T.S.U.	113.419,02	64.223,80
FCT/FGCT	1.114,35	908,67
Total	140.767,63	80.438,32

22 DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2020 a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
Frações autónomas	116.834,88	58.194,57
Total	116.834,88	58.194,57

23 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2022	2021
Fornecedores de investimentos	13.502,95	17.022,97
Remunerações a liquidar	545.047,58	468.837,05
Honorários		2.062,52
Cofre de utentes	117.384,06	101.909,51
Adiantamento PRR	35.000,00	
Outras contas a pagar	16.468,07	2.461,95
Total	727.402,66	592.294,00

24 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, na rubrica “Vendas e serviços prestados” só se verificou movimento na sub-rúbrica “Prestações de serviços que apresentou a seguinte decomposição:



Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Vendas				
Materiais de consumo	237,85			237,85
Prestações de serviços				
Quotas dos utilizadores				
Infância e Juventude	38.994,06	41.120,36	-5,17%	-2.126,30
Terceira Idade	1.834.970,97	1.578.254,29	16,27%	256.716,68
Unidade Cuidados Continuados	1.993.006,33	1.866.806,72	6,76%	126.199,61
Quotizações / encargos de admissão	4.158,00	4.268,00	-2,58%	-110,00
Outras prestações de serviços	43.431,46	23.608,00	83,97%	19.823,46
Outros rendimentos	12.854,60	32.829,62	-60,84%	-19.975,02
Total	3.927.653,27	3.546.886,99	10,74%	380.766,28

A coluna “variação” só apresenta valores, quando exista variação e a mesma seja relevante em termos de dimensão numérica. Grandes dimensões não apresentam valor na coluna “%”. Nos pontos que se seguem e sempre que existam comparativos, aplicamos o mesmo princípio.

25 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Instituto da Segurança Social				
ISS.IP - Protocolos	1.372.985,82	1.079.706,40	27,16%	293.279,42
Adaptar Social +		1.895,42		-1.895,42
Apoio trabalhadores COVID 19		296,12	-100,00%	-296,12
Outros subsídios				
I.E.F.P.	39.189,73	5.263,39	644,57%	33.926,34
Município de Vila de Rei	75,00			75,00
I.A.P.M.E.I.	14.224,00	6.506,50	118,61%	7.717,50
Subsídios de outras entidades	1.329,60	42,40	3035,85%	1.287,20
Doações e heranças	12.550,27	39.546,60		-26.996,33
Total	1.440.354,42	1.133.256,83	27,10%	307.097,59



26 CUSTO DAS EXISTÊNCIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Custo das existências vendidas e consumidas” apresentava a seguinte decomposição, informação complementada no ponto 10 deste anexo:

Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Matérias-primas e subsidiárias	423.671,87	386.582,63	9,59%	37.089,24
Total	423.671,87	386.582,63	9,59%	37.089,24

**27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição, informação complementada no ponto 10 deste anexo:

Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Subcontratos	507.137,99	443.032,72	14,47%	64.105,27
Trabalhos especializados	215.208,76	169.099,81	27,27%	46.108,95
Publicidade e propaganda		270,60	-	-270,60
Honorários	24.957,75	42.160,01	-40,80%	-17.202,26
Conservação e reparação	86.770,46	79.190,36	9,57%	7.580,10
Serviços bancários	1.761,08	115,39	-	1.645,69
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	54.170,16	49.941,38	8,47%	4.228,78
Livros e documentação técnica		42,75	-	-42,75
Material escritório	21.934,13	18.501,79	18,55%	3.432,34
Artigos para oferta	232,31	457,50	-49,22%	-225,19
Outros materiais	2.633,63	3.735,97	-29,51%	-1.102,34
Eletricidade	211.604,61	130.018,43	62,75%	81.586,18
Combustíveis viaturas	22.914,85	14.496,88	58,07%	8.417,97
Gás	167.016,12	116.291,89	43,62%	50.724,23
Água	27.371,72	11.963,77	128,79%	15.407,95
Outros		89,49	-100,00%	-89,49
Deslocações e estadas	336,90	338,92	-0,60%	-2,02
Transporte de mercadorias e pessoal	303,75	674,78	-54,99%	-371,03
Rendas e alugueres	16.108,00	16.108,00		
Comunicação	12.278,02	12.240,49	0,31%	37,53
Seguros	13.627,66	14.293,90	-4,66%	-666,24
Contencioso e notariado	1.509,19	1.986,37	-24,02%	-477,18
Despesas de representação	39,90	40,00	-0,25%	-0,10
Outros Serviços	2.300,95	125,30	1736,35%	2.175,65
Limpeza, higiene e conforto	119,65	10.234,59	-98,83%	-10.114,94
Encargos com utentes	9.163,42	8.804,29	4,08%	359,13
Total	1.399.501,01	1.144.255,38	22,31%	255.245,63

De realçar a variação significativa que se verifica nas rúbricas de sub-contratos (alimentação), trabalhos especializados, eletricidade e gás. Duas situações contribuem para o aumento que se verifica nestas rúbricas, aumento generalizado dos bens e a ampliação da E.R.P.I Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança que significou um aumento 57 utentes.

**28 GASTOS COM O PESSOAL**

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Remunerações do pessoal	2.975.526,10	2.663.490,59	11,72%	312.035,51
Compensações e indemnizações		2.727,13		-2.727,13
Encargos sobre remunerações	645.887,19	574.592,03	12,41%	71.295,16
Seguros acidentes trabalho	41.997,43	34.464,59	21,86%	7.532,84
Outros gastos com o pessoal	15.566,09	10.067,63	54,62%	5.498,46
Total	3.678.976,81	3.285.341,97	11,98%	393.634,84
Número médio de funcionários	254	220	15,45%	34

29 IMPARIDADES

No exercício de 2022 não foram registadas imparidades.

30 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Rendimentos suplementares	4.401,48	4.400,78	0,02%	0,70
Descontos obtidos	11.190,33			11.190,33
Ganhos em inventários		7.880,10		-7.880,10
Alienação ativos fixos tangíveis	67.280,74	45.744,50		21.536,24
Correções relativas a períodos anteriores	2.502,27	8.524,41		-6.022,14
Imputações de subsídios ao investimento	21.982,34	21.982,34		
Consignação de IRS	1.417,72	1.187,92	19,34%	229,80
Outros não especificados	0,91	220,55		-219,64
Total	108.775,79	89.940,60	20,94%	18.835,19

31 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:



Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Impostos	1.766,18	1.467,27	20,37%	298,91
Gastos em investimentos não financeiros	13.106,33	60,00		13.046,33
Correções relativas a períodos anteriores	267,69	10.732,39	-97,51%	-10.464,70
Quotizações	2.460,00	3.020,00	-18,54%	-560,00
Donativos	1.400,00			1.400,00
Outros não especificados	3.396,69	3.062,02		334,67
Total	22.396,89	18.341,68	22,11%	4.055,21

32 AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021, os gastos com “Amortizações dos ativos fixos tangíveis” e “Amortizações dos bens do património cultural” foram 256.652,24 euros e 238.353,83 euros, respetivamente, conforme se descreve no ponto 7 e 8 do anexo e desdobrados da seguinte forma:

Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Edifícios e outras construções	216.809,65	195.423,42	10,94%	21.386,23
Equipamento básico	32.891,52	30.149,32	9,10%	2.742,20
Equipamento de transporte		1.708,33	-100,00%	-1.708,33
Equipamento administrativo	4.784,39	6.566,06	-27,13%	-1.781,67
Outros ativos fixos tangíveis	2.166,68	3.614,95	-40,06%	-1.448,27
Ativos intangíveis		891,75	-100,00%	-891,75
Total	256.652,24	238.353,83	7,68%	18.298,41

33 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o saldo da rubrica “Juros e outros rendimentos similares obtidos” apresentava um saldo de 7,13 euros e 5,14 euros, respetivamente.

34 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2022	2021	%	Valor
Juros suportados c/financiamentos obtidos	68.313,87	49.052,67	39,27%	19.261,20
Outros gastos e perdas de financiamento	14.246,76	4.466,14	-	9.780,62
Total	82.560,63	53.518,81	54,26%	29.041,82



35 NÚMERO MÉDIO DE UTENTES

Descrição	2022	2021
Estruturas Residenciais Pessoas Idosas - ERPI	214	169
Serviço de apoio domiciliário	33	32
Creche e Jardim de Infância	40	39
Unidade de Cuidados Continuados - UCCI	68	68
Cantina Social	2	3
Total	357	311

36 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existe qualquer valor reclamado, pelo que, não foram constituídas provisões.

37 PARTES RELACIONADAS

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei é uma entidade de direito privado e utilidade pública administrativa que atua sob o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social.

Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais (Provedor, Mesa da Santa Casa) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Santa Casa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SCMVR foram apenas as relacionadas com deslocações cujo montante ascendeu a 84,24 euros.

Durante o exercício de 2022 e 2021, no exercício de outras funções na entidade, os membros da mesa e outras partes relacionadas auferiram remunerações no montante de 67.212,96 euros e 67.247,04 euros, respetivamente, a título de Benefícios de curto prazo dos empregados.

38 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido negativo apresentado no exercício, no montante de 386.968,89 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

39 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.



Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Mesa Administrativa informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

40 EFEITOS RELATIVOS À PANDEMIA COVID 19. GUERRA NA UCRÂNIA.

A Pandemia registou nos primeiros meses de 2022 novas vagas de uma nova variante que infelizmente afetou a Instituição no que respeita a infetados, ainda que com sintomas ligeiros ou mesmo assintomáticos.

No exercício de 2022 a pandemia manteve-se, no entanto fomos confrontados com uma situação, Guerra da Ucrânia, que tem tido um impacto enorme a nível dos gastos das Instituições, voltando a gerar-se um elevado grau de incerteza quanto às implicações no relato financeiro, com efeitos que dependem da realidade de cada empresa e entidade.

A nossa Instituição continua a manter um sistema de controle e testagem, além de uma preocupação constante de limpeza e higienização.

41 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Como já foi referido, a guerra na Ucrânia, é um fator que continuará a ter um impacto negativo no exercício de 2023 mantendo-se certamente a conjuntura de crise económica e financeira que o país se encontra a viver.

Tal como previsto durante o ano de 2022 efetivou-se a reestruturação da dívida da Instituição, prosseguiu-se ao estudo de viabilidade económica financeira estando o mesmo concluído, tendo submetido União das Misericórdias Portuguesas para emissão de parecer e por conseguinte submeter a candidatura ao Fundo Socorro Social ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, prosseguiu-se aos trabalhos de implementação de duas centrais fotovoltaicas estimando-se que entre em pleno funcionamento no primeiro trimestre de 2023 contribuindo para uma poupança anual que se estima no valor de 50.000,00€.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas



42 DATA DA APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA MESA ADMINISTRATIVA

A Mesa Administrativa aprovou as demonstrações financeiras em 2023/04/27

Contabilista certificado	Provedora	Vice- Provedora	Tesoureira	Secretário	2.ª Secretária
José Damasceno C.C. n.º 1589	Maria Irene da Conceição Barata Joaquim	Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa	Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz	Américo Bernardino	Fernanda Maria Gaspar Matias



1. PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL

1. Que seja aprovado o Relatório de Gestão do Ano de 2022;
2. Que seja transferido para a conta “Resultados Transitados” o Resultado Líquido do Exercício no valor de € 386.968,84€ (trezentos e oitenta e seis mil novecentos e sessenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos).

Vila de Rei, 27 de Abril de 2023

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim
Provedora

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa
Vice- Provedora

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz
Tesoureira

Américo Bernardino
Primeiro Secretário

Fernanda Maria Gaspar Matias
Segunda Secretária



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2022

10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 2022



JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditamos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8 541 487 euros e um total de fundos patrimoniais de 2 260 881 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 386 969 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea a) e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea b) apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

a) Existe uma diferença para mais entre a quantia bruta escriturada de bens das rubricas do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento e o mapa de reintegrações e amortizações fiscais de cerca de 435.115 € (quatro centos e trinta e cinco milhares e cento e quinze euros). Esta diferença foi identificada no mapa de amortizações do ano 2000 e 1999, não existindo mapas anteriores a esta data. As primeiras demonstrações financeiras que se encontram disponíveis na instituição são de 1990. Acresce que em 2022, houve necessidade de converter a base de dados que suportava o cadastro dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e bens do património histórico artístico e cultural para um módulo constante do programa utilizado para a gestão administrativa-financeira e contabilística da entidade. Esta conversão originou diferenças entre o cadastro após conversão e os valores constantes das demonstrações financeiras à data de 1 de janeiro de 2022. Assim, a quantia escriturada líquida é superior ao valor apresentado no cadastro em 371 693 euros,



resultante de um excesso na quantia escriturada bruta de 731 379 euros e de um excesso nas amortizações acumuladas de 359 686 euros.

b) Nas demonstrações financeiras da Santa Casa de Misericórdia de Vila de Rei existem bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento atribuídos a título gratuito cuja mensuração no reconhecimento é efetuada pelo seu valor patrimonial fiscal acrescido dos custos escriturais e registrais. Nestes casos, segundo o normativo contabilístico vigente, os bens deveriam ser mensurados ao justo valor ou ao valor pelo qual se encontram segurados. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

INCERTEZA MATERIAL RELACIONADA COM A CONTINUIDADE

Na sequência dos investimentos efetuados nos últimos anos, em 31 de dezembro de 2022, o passivo corrente é superior ao ativo corrente. Tal como mencionado nas notas 4.1.1 e 41, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, prevendo-se a manutenção do apoio financeiro das instituições financeiras e outras entidades financiadoras, nomeadamente através da renovação e/ou reforço das linhas de crédito existentes, o qual é essencial para o equilíbrio económico e financeiro da entidade e para o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ✓ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as



divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos ou possíveis efeitos das matérias referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor para as entidades do sector não lucrativo e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 27 de abril de 2023

JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2022

11. PARECER DO DEFINITÓRIO



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS DE 2022

No cumprimento da alínea c) do número 1 do artigo 31º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, o Definitório ou Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, submete à apreciação dos Senhores Associados / Irmãos o Parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de 2022 apresentado pela Mesa Administrativa.

Os elementos do Definitório procederam à análise cuidada do Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e dois, devidamente acompanhado pelo Parecer do Revisor Oficial de Contas, emitido por Alberto Manuel Alves da Silva Martins.

Apresenta rendimentos totais de 5.476.790,61 euros, gastos totais de 5.863.759,45 euros e um resultado negativo de 386.968,84 euros. O total de fundos patrimoniais é de 2.260.880,69 euros

Desta análise resultou a convicção dos Membros deste Órgão de que o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e dois é um documento que expressa devidamente as atividades desenvolvidas pela instituição no ano findo.

Face ao exposto, expressamos o nosso Parecer positivo no sentido de que seja aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e dois.

Vila de Rei, 28 de Abril de 2023

João Álvares Barroso de Moura Campino (Presidente)

Rui Manuel Rosa Garcia

Casimiro Marçal Vicente